

**LEI MUNICIPAL Nº 1.956 – DE 19 DE JANEIRO DE 2016.**

“Dispõe sobre CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL e dá outras providências”.

**IZAIAS APARECIDO SANCHEZ**, Prefeito Municipal de Aparecida d'Oeste, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei:

**Art. 1º** - O Executivo Municipal fica autorizado a conceder subvenção social, durante o exercício de 2014, à entidade ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO – ABRIGO DIGNA IDADE, também designada pela sigla APAI-ADI, inscrita no CNPJ sob nº 49.028.756/0001-38, constituída em 21 de setembro de 1.969, que se trata de uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede no Município de Aparecida d'Oeste, Estado de São Paulo, na Rua Isvarte Costa nº 428, e fórum na sede da Comarca de Palmeira d'Oeste/SP, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1.635/2010, por prestar serviços na área de proteção e assistência aos idosos.

**§ 1º** - A subvenção constituir-se-á de uma parte fixa, no valor de até R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais) ao mês, calculada com base nas atividades posta à disposição da coletividade, de forma gratuita, consubstanciada na prestação de serviços de assistência social e desenvolvimento de ações sociais, com a manutenção da Entidade a que se refere o art. 1º da presente Lei, em sistema de internato, com o fornecimento de alimentação, uniformes, banhos e desenvolvimento de atividades psico-pedagógicas e recreacionais, realizado de forma diária e ininterrupta e de projeto educacional para a população da terceira idade externa, com o desenvolvimento de atividades sócio-educativas e recreacionais.

**§ 2º** - A subvenção social de que trata a presente Lei será repassada à entidade beneficente, retro mencionada, até o dia 10 de cada mês, com vigência durante o presente exercício.

**Art. 2º** - A Entidade beneficiada firmará TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, perante a Municipalidade, conforme minuta constante do Anexo I, parte integrante da presente Lei.

**Parágrafo Único** – A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO está condicionada à obrigação de prestar contas na forma estabelecida no termo referido no *caput* desse artigo.


**Art. 3º** - As despesas com a execução da presente Lei serão custeadas com dotação orçamentária, prevista no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Aparecida d'Oeste/SP, 19 de janeiro de 2016.

**IZAIAS APARECIDO SANCHEZ**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Divisão de Administração e publicada na imprensa oficial do Município e será remetida cópia ao Cartório de Registro Civil e Anexo e à Câmara Municipal, para os devidos fins, tudo como faculta a Lei Orgânica do Município.

  
**PAULO JOSÉ SANCHES**  
Chefe da Divisão de Administração



**ANEXO I**

**TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL**

**Concedente: Município de Aparecida d'Oeste/SP**

**Beneficiado: Associação de Proteção e Assistência ao Idoso – Abrigo Digna Idade**

**Origem: Lei Municipal nº 1.956 – de 19 de janeiro de 2016**

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (2016), de um lado o Município de Aparecida d'Oeste/SP, CNPJ nº 46.605.051/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o SR. IZAIAS APARECIDO SANCHEZ, brasileiro, casado, RG nº 18.307.785, residente e domiciliado na cidade de Aparecida d'Oeste/SP, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.956/2016, doravante denominado simplesmente "MUNICÍPIO", e de outro lado, a entidade Associação de Proteção e Assistência ao Idoso – Abrigo Digna Idade – APAI-ADI, devidamente inscrita no CNPJ, sob o nº 49.028.756/0001-38, estabelecida à Rua Isvarte Costa, nº 428, na cidade de Aparecida d'Oeste/SP, neste ato representada pelo seu Presidente o SR. VAGNER LEANDRO DA CÂMARA, portador do RG nº 25.160.389-1 e do CPF nº 067.429.138-78, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado à Rua Adelaide Tinareli, nº 882, doravante denominada simplesmente "ENTIDADE", é firmado o presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL a ser regido pelas cláusulas e condições seguintes:

**Cláusula Primeira – Objetivo**

O presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL tem por objetivo auxiliar na manutenção das atividades desenvolvidas pela "ENTIDADE", através do estabelecimento da Cooperação Técnica e Financeira, com o que serão promovidos:

1. o planejamento de critérios e metodologia de ação para o entendimento de usuário da entidade, conforme orientação básica do Setor de Assistência Social deste Município e/ou de órgãos de assistência social do Governo Estadual e Federal.

**Cláusula Segunda – Obrigações do Município**

1 – Compete ao "MUNICÍPIO" através do setor de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde:

- a. assessorar tecnicamente, supervisionar e adequar critérios de orientação básica, de acordo com as peculiaridades da entidade dentro do contexto do Município,
- b. colaborar com a entidade para, juntamente com outros organismos ou instituições, articular a implantação de medidas indicadas pela orientação básica.

2 – Compete ao "MUNICÍPIO" através das Secretarias Municipais de Administração e de Finanças:

- a. promover a liberação dos recursos orçamentários consignados no orçamento vigente e a devida liberação financeira para fazer à despesa decorrente deste Termo de Concessão de Subvenção Social.

**Cláusula Terceira – Obrigações da Entidade**

1 – Compete à "ENTIDADE":



- a. Aplicar no âmbito de suas atribuições aqui ajustadas, os recursos municipais alocados à disposição deste Termo de Concessão de Subvenção Social, de forma a atender as suas peculiaridades;
- b. Aplicar os recursos municipais, dentro dos seguintes elementos: higiene, gêneros alimentícios, equipamentos e material permanente, roupa, pessoal, água, luz, impressos, telefone, pequenos consertos visando a conservação das instalações físicas e dos equipamentos da entidade ou outras despesas referentes à manutenção da clientela atendida;
- c. Manter a prestação de serviços de assistência social e desenvolvimento de ações sociais, com a manutenção da **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO – ABRIGO DIGNA IDADE**, também designada pela sigla **APAI-ADI**, em sistema de internato, com o fortalecimento de alimentação, uniformes, banhos e desenvolvimento de atividades psicopedagógicas e recreacionais, realizado de forma diária e ininterrupta e de projeto educacional para a população da terceira idade externa, com o desenvolvimento de atividades socioeducativas e recreacionais.
- d. Criar condições técnicas adequadas de trabalho visando o bom padrão de atendimento ao seu usuário;
- e. Promover a dotação, em seu orçamento, dos recursos necessários à complementação e manutenção dos seus trabalhos junto aos usuários;
- f. Providenciar em tempo hábil, os documentos necessários à manutenção do presente Acordo Mútuo, de acordo com o prazo estabelecido pelas Secretarias Municipais de Administração e Finanças.

**Parágrafo Único** – considerar-se-ão os seguintes documentos como imprescindíveis à manutenção do presente TERMO DE CONCESSÃO E SUBVENÇÃO SOCIAL:

- Programação das atividades a serem desenvolvidas no ano em curso;
- Relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior;
- Prestação de contas dos recursos recebidos no exercício anterior;
- Balanços Financeiros e Patrimoniais encerrado em 31 de dezembro do exercício anterior;
- Ata de Eleição e Posse da atual Diretoria.

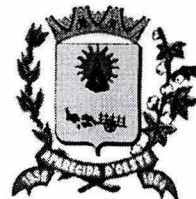
#### **Cláusula Quarta – Do repasse**

A Prefeitura Municipal de Aparecida d'Oeste/SP, através da Secretaria Municipal de Finanças, procederá ao repasse dos recursos financeiros, mensalmente, relativo à parte fixa, no valor de até R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais), através de prévio empenho e pago até o dia 10 (dez) de cada mês seguinte ou mês específico.

#### **Cláusula Quinta – Da Prestação de Contas**

A "ENTIDADE" obrigará-se a prestar contas da aplicação das subvenções recebidas, impreterivelmente até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, devendo oferecer formas estabelecidas nas instruções pertinentes do tribunal de Contas do Estado de São Paulo, todavia deverá apresentar balancete mensal, enviando cópias à Prefeitura Municipal de Aparecida d'Oeste e Câmara Municipal 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente.

#### **Cláusula Sexta – Do inadimplemento**



Fica expressamente proibida a:

- redistribuição de recursos;
- assim como prorrogação de prazo de aplicação ficando suspensas novas concessões se inadimplente.

O inadimplemento das obrigações constantes deste Termo de Concessão de Subvenção Social autorizará a sua denúncia por quaisquer das partes. O inadimplemento, por parte da "ENTIDADE", a obrigará a devolver à Fazenda Municipal, a totalidade da subvenção recebida, corrigida pelo IPCA/IBGE.

#### Cláusula Sétima – Das Disposições Gerais

O presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL vigorará durante o presente exercício, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por acordo mútuo dos participantes ou por denúncias de qualquer deles, independentemente de indenização.

#### Cláusula Oitava – Do Fórum

Fica eleito o Fórum da Comarca de Palmeira d'Oeste/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas deste Termo de Acordo Mútuo.

Pelo "MUNICÍPIO"

**IZAIAS APARECIDO SANCHEZ**  
Prefeito Municipal

Pela "ENTIDADE"

**VAGNER LEANDRO DA CÂMARA**  
Representante Legal

Testemunhas:

1) **José Santiago**  
RG – 5.959.896

2) **Carlos José Ribeiro**  
RG – 9.762.645-4